

O RECURSO DA MEMÓRIA EM *PESSACH: A TRAVESSIA*, DE CARLOS HEITOR CONY

THE MEMORY RESOURCE IN *PESSACH: A TRAVESSIA*, BY CARLOS HEITOR CONY

Thiana Nunes Cella¹
Cláudio de Almeida Mello²

RESUMO: O presente artigo realiza uma análise do romance *Pessach: a travessia*, do escritor e jornalista carioca Carlos Heitor Cony, publicado em 1967, com o objetivo de mostrar como essa obra utiliza o recurso da memória para realizar o seu diálogo com a história e a construção da identidade. A metodologia de pesquisa utilizada envolve estudo crítico-analítico, pautado em revisão bibliográfica e análise literária da obra, sobre alguns pontos considerados basilares no romance: o recurso formal da memória, a forma com que a memória dialoga com a história, com a problematização da identidade individual e nacional e com o consequente engajamento político e ideológico.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Heitor Cony; História; Memória; *Pessach: a travessia*; Política.

E o anjo de Deus, que ia diante do exército de Israel, se retirou, e ia atrás deles; também a coluna de nuvem se retirou de diante deles, e se pôs atrás deles. E ia entre o campo dos egípcios e o campo de Israel; e a nuvem era trevas para aqueles, e para estes clareava a noite; de maneira que em toda a noite não se aproximou um do outro. Então Moisés estendeu a sua mão sobre o mar, e o Senhor fez retirar o mar por um forte vento oriental toda aquela noite; e o mar tornou-se em seco, e as águas foram partidas. E os filhos de Israel entraram pelo meio do mar em seco; e as águas foram-lhes como muro à sua direita e à sua esquerda. (Shemot - Êxodo, Antigo Testamento).

A passagem que nos serve de epígrafe é uma das narrações mais conhecidas e rememoradas do discurso religioso judaico e cristão, presente no livro de *Shemot* (Êxodo) na Torá, paralelamente encontrada no capítulo do Êxodo na Bíblia Sagrada. Nela, conta-se o rito de libertação do povo hebreu da escravidão egípcia por meio do cruzamento do Mar Vermelho (localizado hoje em Eilat, sul de Israel), em que o anjo do senhor os abençoava e protegia. Tal travessia, que foi liderada por Moisés, ficou conhecida como *Pessach*, passagem, atualmente é a páscoa judaica, também conhecida como a “Festa da Libertação. Em seu aspecto histórico, a Páscoa judaica é a festa que traz a memória da passagem de Deus (do anjo da morte) pelo Egito para a libertação do povo de Israel, a passagem do povo judeu da escravidão para a liberdade.

¹ Thiana Nunes Cella é mestre em Letras - Teoria literária pela Unicentro-GA, é docente no Instituto Federal do Paraná, Campus Coronel Vivida. thiana.cella@ifpr.edu.br

² Cláudio José de Almeida Mello é Doutor em Letras – pela Unesp-Assis, é docente na Universidade Estadual do Centro-oeste, campus Santa Cruz.

Etimologicamente, o termo *Pessach* vem do hebraico פסח, e significa “passar por cima”, refere-se à passagem do anjo do Senhor por sobre as casas do povo de Israel, abençoando e poupando suas vidas. É celebrada por rememorar o momento em que Moisés e seu povo atravessaram o Mar Vermelho e ganharam a liberdade. Nesse sentido, o termo *Pessach* carrega múltiplas significações de passagem: a passagem do anjo do senhor sobre o Egito; um passar para além, geograficamente: a travessia do Mar Vermelho; e uma passagem espiritual, simbólica: a passagem da escravidão para a liberdade, da escuridão para a luz. Por essa razão, o termo *Pessach* está relacionado aos conceitos de: *memória*, uma vez que essa data é a comemoração e a rememoração de um fato - embora incerto - do passado; *renovação*: por ser um período de passagem, de renascimento e transformação espiritual; e de *identidade*, pois por meio dessa renovação, uma nova identidade é construída.

Em Carlos Heitor Cony, o termo que intitula a obra, *Pessach: a travessia* (1967), vai além de seus desígnios religiosos. O autor dialoga com o discurso religioso e o ultrapassa. Os conceitos de memória, renovação e identidade ganham novas dimensões quando colocados em um novo contexto local e historicamente bem situado: os conturbados anos de chumbo da Ditadura Militar brasileira.

Em vista disso, esse artigo busca mostrar como ocorrem as relações e implicações entre a história, a memória e a formação e consolidação da identidade nacional em *Pessach: a travessia*, do escritor e jornalista brasileiro Carlos Heitor Cony. Para tanto, faremos uma breve abordagem teórica sobre as questões de memória, contemplaremos noções como a memória coletiva e a memória individual e mostraremos como essa memória contribui para o ajuste narrativo de *Pessach: a travessia* no cenário histórico nacional da década de 1960 e como suas relações com a memória histórica colaboram para a apreensão do discurso social e político da época. Tomando a memória como um processo psicológico e social, estabelecida e modificada através dos tempos, procuramos mostrar como ela pode ser posicionada entre os limites do passado e do presente, bem como compreendida entre os elementos históricos e ficcionais. Por meio da memória individual e coletiva é possível alcançar a identidade do protagonista do romance, que associamos a certo tipo de cidadão brasileiro, visto que a memória é constituinte basilar na formação e sustentação da identidade – individual ou coletiva. Finalmente, uma vez que a memória sempre esteve vinculada ao discurso autobiográfico e que *Pessach: a travessia* apresenta pequenos pontos de contato com a biografia de Carlos Heitor Cony, também faremos um breve exame de como essa obra

apresenta características autobiográficas e mantém seu olhar questionador e crítico da sociedade.

1 A travessia entre a memória e a história

A história da memória na cultura ocidental sempre esteve intimamente relacionada com a sua escrita, a ponto de a palavra *memoria* ter tido duplo sentido: o de memória e o de autobiografia (DRAAISMA, 2005, p. 49). Essa relação deriva da ligação entre a memória humana e as formas de gravar os acontecimentos e os conhecimentos exteriores a ela. Os primeiros escritos memorialísticos tinham o objetivo de ajudar a lembrar, de marcar ou deixar registradas as histórias de família, como ocorriam com os livros de linhagens; assim, o que era nele registrado, escapava à transitoriedade (DRAAISMA, 2005, p. 61).

Os primeiros vestígios de memória almejavam o não apagamento de determinados pontos da história, os grandes feitos de grandes homens, as histórias de família. Em outras palavras, “a memória tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escatológico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia” (LE GOFF, 2003, p. 444). No entanto, com a expansão e desenvolvimento da escrita, ocorre a passagem dos elementos orais para os códigos escritos. Com isso, a memória perde o posto de unanimidade, passando a ser um recurso de uso temporal reduzido, pois passa a ser necessário lembrar-se até poder escrever, e escreve-se para poder (re)lembrar.

Desse modo, os desígnios da memória foram se modificando e ampliando. Com os desenvolvimentos contemporâneos a memória ganhou novas noções, tais como a memória coletiva e social, a memória biológica ou genética e a memória eletrônica. Leroi-Gourhan (1964-5) dividiu sua trajetória em cinco momentos distintos: o da transmissão oral, o da transmissão escrita em tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e, finalmente, o da seriação eletrônica por meio de computadores e outras máquinas (apud LE GOFF, 2003, p. 461). Esse movimento, acima delineado, também caracteriza a passagem do interno ao externo, da memória subjetiva (mental) para o documental.

Como efeito da difusão da escrita, também ocorre uma mudança da produção oral para a produção escrita, a qual foi se vinculando cada vez mais com a representação artística da memória e à imaginação. Tal fato nos leva da escrita da memória aos textos literários memorialísticos, os quais passam a possuir um cunho ficcional mais expressivo e ocupam um grande espaço no âmbito literário, com textos vinculados às memórias, ao testemunho, ao

diário, à biografia e autobiografia, enfim, àqueles enquadrados na tipologia textual também denominada de literatura confessional.

Para Malcom Silverman (2000), teórico que se debruça sobre o novo romance brasileiro, o memorialismo é, por definição, autobiográfico. Assim, por meio de seu carácter intimista e catártico, esse gênero é favorável à constituição de imagens, as quais refletem o coletivo por meio de metáforas. O memorialismo também revela a imagem individual e social de seu autor e faz com que a ênfase na memória, no retrospecto, também possa abranger o presente, o imediato (SILVERMAN, 2000, p. 61). Para o mesmo autor, a memória ficcionalizada é um complexo mais literário, variado e predominante **na literatura pós 1964**. Entretanto, a sua determinação é bastante complexa, pois não se pode saber exatamente quando o relato dos fatos se acaba e se inicia a ficção, bem como não se pode precisar em que contexto e em que proporção os elementos factuais e ficcionais se combinam (SILVERMAN, 2000, p. 62-63).

Para o crítico Luiz Costa Lima, o romance brasileiro sempre apresentou certa tendência à literatura memorialística, sobretudo, quando pensado no período posterior à Ditadura Militar de 1964 (LIMA, 1991, p. 40). Esse crescimento de incidências memorialistas nas últimas décadas do século XX se deveu principalmente ao arrefecimento da censura, ocorrido em 1978, em que uma torrente de obras com “memórias da vida real”, tanto da direita como da esquerda, de perseguidos e perseguidores, deu maior destaque à chamada literatura do eu.

As variações dessa tendência literária após 1964 sucederam em duas formas paralelas, indo da paródia surrealista não convencional (com escassa ficção autobiográfica), até a autobiografia realista ficcionalizada mais identificável (SILVERMAN, 2000). A flexibilidade proporcionada pela dialética entre o memorial autêntico e o ficcional contribuiu para o alargamento dessa tipologia literária, oferecendo possibilidades de diversas formas e recursos estéticos, ao trabalhar com o testemunho e a memória de modo que pareçam não ser apócrifos.

Ademais, podemos considerar que tal propensão à literatura memorial também está parcialmente centrada no leitor, pois esta escrita talvez seja uma das que mais se aproximam do leitor, uma vez que “fala de um eu, de uma pessoa viva que ali se encontra e que diante do leitor desnuda sua vida” (REMÉDIOS, 1997, p. 9). Em outros termos, ocorrem as relações de cumplicidade entre escritor e leitor: o primeiro, que pretende exprimir confiança, buscando a libertação da memória, e o segundo, que aceita tal verdade e compartilha da libertação.

Outro aspecto apontado na produção ampliada de memórias ficcionalizadas é a possibilidade de arrolar fatos históricos sem comprometer explicitamente os autores, pois esses tinham a possibilidade de inserir suas narrativas em passados remotos ou míticos, e, como consequência, possuíam a oportunidade de levantar debates sobre a realidade social do momento sem caírem nas amarras da censura. Fato que, entretanto, ocorria da mesma forma, pois o temor à repressão não era o suficiente para vencer o anseio pelo engajamento e pela crítica política vinda de autores mais exaltados, como é o caso de Carlos Heitor Cony, que, desde os primeiros momentos ditatoriais, realizou abertamente a sua insurreição literária. Cony expressou a sua aversão à pusilanimidade da Ditadura Militar em seus romances e, principalmente, em suas crônicas publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã*, onde trabalhava como editor-chefe na época, e do qual pediu demissão devido aos problemas políticos que suas crônicas trouxeram para o jornal (CONY, 2004).

Além da recorrente militância intelectual, a prática da memória e de traços autobiográficos é frequente na obra de Carlos Heitor Cony, sendo algumas delas *A revolução dos caranguejos* (2004), *O ato e o fato* (1964), *Quase memória* (1995), *Romance sem palavras* (1999), *Matéria de memória* (1962), e, *Pessach: a travessia* (1967), objeto de análise deste trabalho, se enquadra como uma narrativa híbrida e semiautobiográfica, que pode ser considerada um romance realista político, publicado no ano de 1967, pouco após a instalação do regime militar.

2 A inscrição da memória em *Pessach*

Pessach a travessia, conta-nos a história de Paulo Simões, um escritor pequeno-burguês, financeiramente estável, apolítico, comodista, divorciado, pai de uma adolescente, envolvido amorosamente com Teresa (mulher casada), recém-quarentão, que ao longo do romance vai se transformando em um homem politicamente engajado. Estruturalmente, o romance divide-se em duas partes. A primeira relata um dia do protagonista, Pualo Simões, no qual visita sua filha, sue ex-mulher e seus pais. Essa primeira parte é inteiramente entrecortada por relatos de memória, que relatam o passado e vão dando contornos à realidade do protagonista. Na segunda metade, Paulo Simões parte para uma inesperada jornada, na qual vai para um acampamento militante no interior do Rio de Janeiro, passa por São Paulo e culmina no extremo sul do Rio Grande do Sul com um levante armado fracassado.

O enredo da primeira parte de *Pessach*, “A passagem por cima”, acontece no dia anterior ao início da jornada de Paulo Simões rumo ao engajamento político. O fato de ser o

dia de seu aniversário de quarenta anos faz com que o protagonista tenha várias reminiscências anteriores ao tempo do discurso. Nesse dia, Paulo Simões visita sua filha, sua ex-mulher e seus pais, e em cada uma dessas ocasiões uma enxurrada de memórias é trazida à tona. As recordações são fragmentadas e dispersas, não seguem uma ordem ou padrão, vão desde um passado distante, a vida universitária e de casado, ao dia anterior do protagonista, como é possível perceber no excerto a seguir em que o protagonista relembra bons momentos da infância da filha:

Fomos os dois, de mãos dadas, já era tarde, dia de pouco movimento, éramos os únicos na roda-gigante. O homem que a fazia rodar foi fazer qualquer coisa e deixou-nos ali, a rodar, rodar, rodar. As luzes da cidade, ao longe, as sombras das primeiras palmeiras que nasciam no Aterro. Lá em cima, no mais alto da roda, a viração salgada nos isolava do mundo, fazia-nos mais tristes e unidos. Ana Maria não aguentou, deixou cair a cabeça no meu colo. E eu fiquei voltas e voltas, a rodar, rodar, as luzes me acompanhavam na subida e me abandonavam na descida, os cabelos de Ana Maria que eu afagava de encontro ao peito, suas perninhas pendentes e cansadas, seu afago, feito de sono, confiança e amor. Quando foi isso? Há seis, sete anos? Não sei. Perdi a conta e o interesse em guardar recordações que incomodam, e incomodam cada vez mais, e mais fundo. (CONY, 1997, p. 49)

Como podemos perceber, essas recordações colaboram na constituição do universo ficcional, tornando-o bem delimitado no tempo e no espaço, tornando o protagonista um homem possuidor de um passado concreto, o que dá vigor e contribui para a verossimilhança do romance. Junto às lembranças, também a subjetividade do personagem vai sendo construída, como mostra o fragmento citado, em que vestígios de um passado feliz tornam-se dolorosos e perturbam o narrador frente à impossibilidade de reviver tais sentimentos. Igualmente, no desenvolver da intriga, as memórias colaboram na delineação de sua trajetória - serviço militar, faculdade, casamento, pai de família, divórcio, quarentão solteiro -, expõem seus erros e acertos, seus temores e arrependimentos.

Além de muitas memórias em que é possível apreender a personalidade do narrador, outras aludem à figura paterna e seu temor ao nazismo. O pai de Simões é um judeu assimilado, que temia a volta das perseguições presentes durante a Segunda Guerra Mundial: “o velho ainda tem medo do nazismo” (CONY, 1997, p. 38), o que fica explícito quando Simões alega que “Meu pai tem medo, medo milenar e carnal que acompanha os homens de sua raça” (CONY, 1997, p. 189). Indiretamente, esse medo não é apenas do pai, pois Paulo também não se orgulhava de suas origens, na verdade as renegava, tanto que escondia seu verdadeiro sobrenome de origem judaica: *Goldberg Simons*. Tanto ele como a filha utilizavam a adaptação para Simões como uma forma de fugir dessa origem, para ele triste e

sombria. Essa fuga é reconhecida e abafada pelo narrador em uma reflexão durante conversa com a filha: “Ela não comenta minha deserção, mas poderia me acusar: ‘Uma reação típica de judeu: fugir!’. Felizmente ela não está amadurecida a ponto de compreender tudo [...]” (CONY, 1997, p. 53).

As lembranças do pai, que tocava violino em restaurantes durante o período de guerra, mostram como essas colocações ocorrem de forma nostálgica e, simultaneamente, questionadora, pois revelam os problemas sociais e econômicos instaurados pela guerra:

O pai, quando eu era pequeno, lutou em certo período com muita dificuldade, arranhou um lugar na orquestra que tocava num dos bares da antiga Galeria Cruzeiro. [...] Depois da guerra, ele não mais precisou tocar em restaurantes. [...] acho até que vendeu o violino, [...] Mas não vendeu nunca o jeito humilde de curvar a cabeça em direção ao ombro esquerdo, [...] (CONY, 1997, p. 121-2).

No trecho acima, as lembranças carinhosas do pai junto ao seu contexto, respaldam a construção do painel histórico que envolve o romance: o período de guerra foi caracterizado por grandes mudanças econômicas e sociais, o país passava por uma fase de industrialização, deixava de ser um país predominantemente agrícola, para tornar-se fabril, fato que também alterava o modo de vida das pessoas, suas relações sociais e financeiras. A imagem da população judaica colabora para a construção de metáforas de longo alcance. Nesse caso, ao afirmar que o pai nunca vendeu o jeito de curvar a cabeça, com condescendência, podemos compreender como uma alusão a uma postura de sujeição e obediência, tal como mostra o passado de opressão e submissão do povo judaico.

Além das recordações do protagonista, o pai de Simões também revela algumas lembranças durante as conversas com o filho. As memórias paternas envolvendo o povo judeu, inseridas em diferentes momentos históricos, são trazidas à tona para dar voz a uma versão nem sempre ouvida, aquela que foi constantemente abafada com violência, como é representativa a lembrança transcrita a seguir:

Já vi muita coisa, filho. E como judeu vi mais ainda. Meus parentes, por parte de pai, foram trucidados em Dachau, Treblinka e Sobibor. Depois da guerra, quando fiz aquela viagem de negócios, fui ver o que restava de minha aldeia, terra do meu avô. Tive dois irmãos em Treblinka, meu pai, que conseguiu fugir antes, escapou do campo de concentração, mas teve fim pior: morreu agoniado, acho que sua morte foi provocada por ele mesmo. Como judeu, membro de uma raça antiga, conheço muitas espécies de Treblinka. São dois mil anos de Treblinkas. E aqui, por que não? Por aqui é diferente? A Polônia, no início da idade média, era diferente. Para lá fugiram todos os judeus da Europa. E depois? Você conhece a história. (CONY, 1997, p. 90).

A memória da Treblinka, arraigada na experiência de seus entes próximos, traz os reflexos e consequências das atrocidades ocorridas durante o holocausto: o medo e a dor pela família e aldeia dizimadas e aquele(s) que sobreviveu com problemas psicológicos sérios, a ponto de tirar a própria vida. Ademais, no excerto acima é possível perceber como a personagem paterna é marcada pelas cicatrizes do passado judaico e como ela teme os rumos que sua nação está tomando, por meio da Ditadura Militar brasileira. Tais tensões e temores são potencializados quando se estende esse fardo não apenas aos judeus, mas a todos aqueles que em diversos momentos da história foram oprimidos pelo autoritarismo, tal como vários grupos durante as diferentes ditaduras acontecidas na América Latina, incluindo o regime militar nacional.

Nesse sentido, o memorialismo colabora na construção do enquadramento histórico do romance, o temor enfrentado pelo pai, pelo nazismo e de que uma Treblinka ocorra no Brasil, e situa seus personagens nesse contexto, confirmando o pensamento de Le Goff (2003, p. 434) quando diz que a memória pode conduzir à história, como nesse caso, ou distanciar-se dela. No romance *Pessach: a travessia*, a aproximação e o distanciamento da história são feitos de forma concomitante e simbiótica: como uma teia simbólica, é realizada uma viagem ao passado histórico justamente para aproximar e refletir sobre a realidade presente à narrativa. Esse ponto também mostra como a história se repete, pois o ciclo de barbáries, apontadas por Benjamin (2012, p. 244-6), não cessa de ocorrer; nas palavras do personagem paterno “A história se repete, em tom de tragédia ou de farsa. Para os judeus, nunca é farsa: é sempre tragédia” (CONY, 1997, p. 91).

Se por um lado esse contínuo retorno na história é trabalhado como alegoria do presente, por outro, essa característica é representativa da definição dada por Boncompagno da Signa quando afirma que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas” (apud LE GOFF, 2003, p. 447), pois por meio da reflexão sobre o pretérito, podemos compreender melhor o presente e vislumbrar o futuro.

As recordações de Paulo Simões e de seu pai, especialmente aquelas acerca do passado judeu e do nazismo são também reproduções da memória coletiva, pois envolvem a memória de todo um grupo ou categoria e são estabelecidas coletivamente. Exemplo disso é o excerto acima, em que o pai de Simões se refere aos acontecimentos ocorridos na Treblinka como se ele os tivesse presenciado, quando na verdade ele estava no Brasil e provavelmente apenas ouviu falar deles durante sua viagem.

Segundo Halbwachs (2004), as lembranças sempre permanecem coletivas e são construídas pelos outros: mesmo que estejamos sozinhos em determinadas situações e com objetos que apenas nós vimos, nossas lembranças são estabelecidas socialmente, pois “nunca estamos sós”, sempre carregamos conosco e em nós “uma quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 2004, p. 30). Tal característica humana é denominada pelo autor de “memória coletiva”, que, em outras palavras, são os traços sociais construídos histórica e coletivamente que carregamos inconscientemente, a qual também é caracterizada pelo processo de reconstrução de um passado vivenciado e experimentado por um conjunto de indivíduos em um tempo e espaço definidos.

As memórias são construídas por meio de histórias lidas, ouvidas, presenciadas, sonhadas, etc. Esses subsídios mnemônicos são assimilados e reorganizados de forma fragmentada, e da mesma maneira (fragmentada) são recuperados quando necessários. Portanto, a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e passível de flutuações, transformações e mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

A rememoração total ou de algo que não se tem pleno domínio é realizada pela colaboração da memória dos outros, uma vez que as lembranças são modificadas, reconstituídas ou melhoradas por meio de pequenos elementos ou vestígios vindos terceiros, e é por meio desses pequenos elementos que as lembranças são trazidas à superfície consciente. De fato, “é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ela se transforme em uma massa consistente de lembranças” (HALBWACHS, 2004, p. 32). Isso Cony realiza com maestria: a inserção de pequenos grãos de lembranças que sevem para ascender a memória social do período ditatorial, bem como para contextualizar historicamente a ação, como mostra o excerto a seguir, em que os vestígios de memória retomam seu passado, o suicídio do pai e o passado judeu: “Quando saí do Rio, meu futuro era escrever a história de um judeu assimilado – no fundo, sabia que jamais escreveria sobre o bidê, complacente ou não. Talvez, desejasse vingar o pai. Mas o pai já se vingara, tornava inútil qualquer vingança minha.” (CONY, 1997, p. 267).

Com efeito, Halbwachs (2004) insiste em dois tipos de memórias, as individuais e as coletivas (sociais), designando-as com outros termos, a memória autobiográfica e a memória histórica. Nesse aspecto, a memória coletiva ou social é também a memória histórica, que é muito mais ampla que a memória individual; essa, por sua vez, se apoia naquela, pois “toda história de nossa vida faz parte da história em geral” (HALBWACHS, 2004, p. 59). Logo, a

memória, individual e coletiva, é composta também pela memória histórica, que é formada por sinais repetidos através do tempo, aqueles fatos contados e recontados por nossos antepassados, acontecimentos e detalhes sobre os quais lemos, ouvimos e presenciamos.

É através do contato com a memória coletiva que se tem acesso à História, a partir do interior do próprio grupo ou coletividade a que se pertence. A história dos livros, aquela dita oficial, não é a mesma história reconstituída por meio da memória, a memória histórica é a história vivida (HALBWACHS, 2004, p. 64).

Em *Pessach: a travessia*, a história oficial, marcada por acontecimentos e fatos delimitados no tempo e no espaço, é recuperada como artefato ficcional, e (re)contada por meio da história vivida de seu protagonista, Paulo Simões. Essa particularidade pode ser demonstrada no fato de que a trama se desenrola e é influenciada pelas marcas históricas da ditadura militar sem se ater aos fatos e acontecimentos marcantes, mas sim ao cotidiano de um escritor pequeno burguês e seu círculo profissional, seus familiares e, na segunda parte do romance, à convivência com o grupo guerrilheiro militante. Assim, a história vivida pelos personagens de Cony é cheia de tensões políticas e temores, seus, como escritor e cidadão, e de seus antepassados, assim como é repleta de denúncias e críticas políticas, e também é permeada por ações e fatos, os quais, embora sejam fictícios, são representativos daquele momento histórico, social e político.

Como mencionado, quando Cony se atém à rememoração do passado, sobre o tema da travessia judaica concebida pelo Êxodo e da perseguição e massacre judaico durante a segunda Guerra Mundial, podemos perceber as relações e analogias com o presente histórico de produção de *Pessach*: um presente carregado de opressão e covardia, como fica patente no trecho em que o escritor reflete sobre o feito de Moisés, ao afirmar: “Evidentemente, no grande homem há um universo onde todos os homens pequenos se reúnem e se compreendem. Posso levar o raciocínio adiante: o grande homem é a soma de vários homens pequenos, amassados durante séculos.” (CONY, 1997, p. 219-220). De forma que podemos relacionar a lembrança passada e a reconstrução do passado como “em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 2004, p. 75-6), pois os pequenos homens amassados aparecem tanto nas analepses como no tempo presente da narrativa.

Outra característica da reconstrução histórica através da memória e da história vivida, em *Pessach: a travessia*, é que a versão apresentada pelo narrador não é aquela recorrente nos escritos históricos oficiais, uma vez que esses carregam a versão da história vista de cima,

aquela dos vencedores, bem diferente do enfoque dado por Cony. Direta ou indiretamente, nas memórias sobre a Segunda Guerra e em seu contexto geral, o autor dá relevo à voz do outro, em outras palavras, à perspectiva dos marginalizados, daqueles que tinham suas vozes e ações reprimidas quando tentavam elevar-se contra a autoridade instituída. Tal ponto pode ser percebido desde as menções a Moisés, que pela primeira vez toma uma atitude contra a situação de escravidão e liberta o seu povo, até questões relacionadas ao pai de Simões: a perspectiva do sobrevivente, refugiado, fugitivo, que para poder sobreviver com sossego prefere esconder suas raízes, até o viés apresentado por Simões, pois este tomou posição em prol do grupo político que era perseguido e silenciado pelo regime. Também, a grande maioria das personagens encontradas no acampamento resistente são figuras renegadas ou consideradas desajustadas pela sociedade, com problemas dos mais variados tipos, assim considerados pela sua opção política de resistência ao regime opressor:

Temos ex-padres, diversos oficiais, sargentos, um antigo deputado, vários estudantes, lavradores, funcionários, operários. E agora, com você, um intelectual. Predominam mesmo os sem trabalho, o marginal há muito colocado fora da lei por perseguições políticas. Pessoas que perderam tudo, família e negócios, com o golpe militar. (CONY, 1997, p. 179).

Neste ponto, o memorialismo histórico se aproxima da necessidade de dar voz e visibilidade a uma versão nem sempre mostrada: a versão do vencido (BENJAMIN, 2012), do massacrado. Dessa forma, com a perspectiva vista de baixo, o retorno ao passado, às memórias pretéritas, é realizado de modo crítico e questionador pelo prisma do oprimido. No entanto, essa nova interpretação não intenta deslocar totalmente os dados históricos ou desligar completamente esses dados dos da memória, “[n]ão se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros” (HALBWACHS, 2004, p. 90). É deste confronto entre as diversas facetas das memórias individuais, construídas coletivamente, que se atinge o que há de fundamental nas relações entre a história e a memória social, constituintes capitais na formação de uma identidade individual ou coletiva bem estabelecida e alicerçada.

Desse modo, as questões memorialísticas remetem à construção da identidade individual e nacional, uma vez que a memória, individual e coletiva, está na base da construção da identidade: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 2003, p. 469). É

sobre as relações existentes entre a memória coletiva e a identidade que o próximo tópico se fixará, buscando mostrar como Paulo Simões se mostra representativo de uma sociedade que possui suas identidades nacionais abaladas pela ditadura militar.

3 A memória e a construção da identidade

A memória coletiva, e também a individual, é constituinte fundamental para a consolidação de uma identidade bem definida, seja ela social, cultural ou individual, pois trata-se de componente essencial para o sentimento de identificação e pertencimento dos sujeitos. Esses são pontos fundamentais também para a constituição de uma identidade nacional, pois a memória coletiva não deixa de ser representativa da nacional.

Para que possamos apreender melhor o sentido de identidade aqui discutido, ressaltamos que a memória é constituída por três elementos principais: por acontecimentos vividos pessoalmente ou indiretamente, pelas pessoas ou personagens, e pelos lugares, chamados de lugares da memória (POLLAK, 1992). Em realidade, todos esses elementos, adquiridos direta ou indiretamente, são os colaboradores responsáveis pelo sentimento de reconhecimento de um indivíduo ou grupo de indivíduos, que, de maneira simplória, pode ser associado à definição de identidade. Em linhas gerais, Pollak (1992) a define como “o sentido da imagem de si e para si e para os outros [...] a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 204).

Esse é o sentimento de identidade que pretendemos explicitar: aquele de identificação e reconhecimento. Tal sentimento não está presente em Simões. O protagonista não se sente representado pela situação nacional e não se encontra em perfeita coerência consigo mesmo: ele vive uma crise existencial ao atingir seus quarenta anos:

A data não me irrita, nem me surpreende. Isso não quer dizer que eu esteja preparado para ela. Apenas, recebo-a sem emoção, sem tédio. Sinto-me suficientemente maduro para aceita-la com honestidade e coragem, mas não estou pronto, ainda, para assimilá-la como um fato de rotina, inexorável. A prova disso – de que lhe dou importância talvez exagerada – é que estou preocupado com ela. (CONY, 1997, p. 7)

Devido à intrínseca relação entre memória e identidade, podemos considerar ainda que a falta ou a perda da memória coletiva afeta o desenvolvimento da sociedade, podendo ocasionar sérias perturbações de identidade social, o que pode gerar dificuldades sobre as

questões de identidade pessoal e nacional: sobre o sentimento de pertencimento e de falta de identificação com a realidade.

A identidade social é construída de modo individual e coletivo, formada por processos sociais que são definidos por estruturas sociais, é o fator que garante o reconhecimento social do indivíduo dentro de uma coletividade. Podendo ser construída, reconstruída e remodelada, a identidade social deriva da interação do indivíduo com a sociedade em que está inserido (BERLATTO, 2009). Em outras palavras, a identidade social caracteriza-se pelo “conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (CUCHE, 1999, p. 177 apud BERLATTO, 2009, p. 142).

Como mencionado, Paulo Simões não possuía uma identidade social consoante à coletividade em que estava inserido, não possuía o sentimento de pertencimento e representatividade. Entretanto, para terceiros ele mantinha a postura de escritor pequeno burguês bem sucedido e resolvido consigo mesmo: “Vou inaugurar a nova idade cometendo uma hipocrisia: ele me encontrará bem lavado, bem barbeado, bem penteado, escrevendo à máquina como um escrito profissional – como realmente sou” (CONY, 1997, p. 14).

Assim como a memória, a identidade social também pode ser prestigiada ou estigmatizada, dependendo de fatores sociais, tal como a pertença a determinados grupos, origem social, religião, posição profissional, entre outros. Dependendo de suas relações essas identidades também podem ser marginalizadas ou rejeitadas, levando o indivíduo a escondê-la ou a tentar modificá-la. Da mesma forma, o esquecimento ou marginalização da memória coletiva pode ser estabelecido por diversas razões, muitas vezes por critérios socioeconômicos, preconceitos étnicos, culturais ou mesmo por mecanismos autoritários de silenciamento.

As memórias coletivas, retidas a partir da história vivida e rememorada, trazem diversas perspectivas, permeadas por diferentes lembranças coletivas e influências pessoais, as quais são passíveis de identificação ou desidentificação, críticas e negação. Como assinala Pollak (1992, p. 204), a memória também é herdada e “não se refere apenas à vida da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”.

Por essa relação de hereditariedade o autor também ressalva que “há uma estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade”, o qual possui três

elementos essenciais para sua construção, são eles: a unidade física do corpo ou de fronteiras de pertencimento ao grupo; a continuidade temporal física e psicológica; e o sentimento de coerência ou unificação individual. A partir desses subsídios, Pollak afirma que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Nesse sentido, as memórias trazidas no enredo de *Pessach: a travessia* colaboram para a consolidação, dentro do universo ficcional do romance, da identidade pessoal de Simões, subsidiando as relações entre seu passado, suas atitudes e suas crenças, e de sua identidade social. Essa identidade social é construída através das memórias coletivas alçadas pelo romance, que, junto às do protagonista, tecem uma caricatura do cidadão brasileiro: aquele descrente da nação, não interessado pelas questões políticas e sociais, alienado.

Além do mais, ao afirmar que a memória e a identidade são flutuantes e seletivas, ou seja, que nem tudo fica gravado no indivíduo, Pollak (1992) também mostra que a memória e, por conseguinte, a identidade são constructos sociais, pois o que gravamos e carregamos conosco vai depender das relações sociais do indivíduo. Essa aceitação possui fatores políticos, étnicos, históricos, econômicos, enfim, em todas as esferas da convivência humana. Assim, elas podem ser negociadas, dependendo da aceitação ou rejeição de determinados grupos, tornando-se oprimidas, marginalizadas e até mesmo esquecidas.

Podemos compreender ainda que essas negociações de apagamento ou continuidade das memórias e identidades é um ponto relevante em *Pessach*, pois através de seu enredo, essas memórias, perspectivas e opiniões se impõem e pedem seu espaço, não permitindo que as mesmas sejam relegadas ao esquecimento. Exemplar dessa luta pelo não apagamento da memória coletiva são os vestígios das torturas ocorridas no período: “Essa aí foi torturada. Era dirigente de sindicato, passou cinco dias na tortura. Quebraram-lhe a perna de tanto torcer. O rosto foi queimado a vela. Lentamente. É pior que o maçarico.” (CONY, 1997, p. 182). A perspectiva do perdedor e do massacrado servem para lutar contra o esquecimento e o decalque, para “lutar contra a repetição da catástrofe por meio da rememoração do acontecido” (FRANCO, 2003, p. 356).

Além dos elementos memorialísticos que contribuem para a definição de uma identidade coletiva, em *Pessach: a travessia*, a construção de uma identidade social sólida é realizada no decorrer de sua narrativa. Essa composição se realiza paralelamente à

constituição e mudança de identidade do protagonista da trama, a qual pode ser considerada representativa e em decorrência daquilo que Stuart Hall (2011) considera a *crise de identidade*: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2011, p. 7). Tal tendência se encontra na modernidade tardia, ou seja, a partir da segunda metade do século XX. Portanto, é uma mudança marcada pelo signo da modernização e da globalização, uma vez que as identidades culturais estão cada vez mais amalgamadas e deslocadas. Por identidade cultural o autor entende determinados aspectos de nossas identidades que aparecem com o sentimento de pertencimento às culturas linguísticas, raciais, étnicas, religiosas e, sobretudo, nacionais (HALL, 2011, p. 8).

É nessa situação de fragmentação e deslocamento identitário que o protagonista de *Pessach: a travessia* se encontra. Como já assinalado anteriormente, Paulo Simões inicia a trama como um escritor pequeno burguês que se mantém inerte frente aos acontecimentos políticos nacionais. A situação governamental brasileira não lhe agradava, mas também não lhe agradava governo algum: “Politicamente, sou anarquista, mas sobretudo sou comodista” (CONY, 1997, p. 37). Suas atitudes mais engajadas eram no máximo a assinatura de alguns manifestos:

Assino-os aqui mesmo, no meu gabinete, de short, o ar refrigerado, o cachimbo. Entra aqui uma atriz de teatro ou da televisão, um estudante, mostra o manifesto, as assinaturas já apanhadas, eu assino e pronto. Faça um manifesto pedindo todo poder ao povo e eu assino agora mesmo. Faça outro manifesto mandando o governo à merda e eu também assino. (CONY, 1997, p. 37-8).

Em linhas gerais, Simões se apresenta como um homem egoísta e cético, de classe média, preocupado apenas com seus problemas literários e com seu círculo mais íntimo: filha adolescente e pais idosos. Não se sentia representado ou responsável pela situação em que se encontrava a nação, como o personagem afirma: “não me sinto responsável nem comprometido com nada do que aí está” (CONY, 1997, p. 52). Essa falta de identificação com sua realidade sinaliza uma perda de sentimento de pertencimento, uma perda do *sentido de si* estável, arraigado em sua realidade social. O que falta a Paulo Simões, então, é uma identificação com a realidade social e cultural, pois, por uma visão sociológica, a identidade une o espaço entre o interior e o exterior e “estabiliza tanto sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2011, p. 12).

O que caracteriza Paulo Simões é um *duplo deslocamento*: há tanto o deslocamento de seu lugar no mundo social e cultural quanto o descentramento de si mesmo. Esse deslocamento identitário faz parte de sua travessia, da transformação que Simões enceta. No início do romance, esse deslocamento identitário, esse não reconhecimento de si é acentuado por sua crise interior devido à chegada de seus quarenta anos, como se pode observar no excerto a seguir:

Se tivesse coragem de começar a vida novamente, é possível que não repetisse alguns enganos e acertos, mas, de qualquer forma, gostaria de repetir esta disponibilidade em que estou agora, no vértice da outra metade. Há otimismo em chamar de *metade* os quarenta anos. Dificilmente chegarei aos oitenta, mas *metade* talvez não seja cronológica, e sim intemporal, interior. Pelo menos é assim que me sinto. Ainda que morra amanhã, essas vinte e quatro horas deverão ser densas, densas como as passas estragadas são densas de açúcar. Há equilíbrio na vida e esse equilíbrio é que a torna monótona. (CONY, 1997, p. 7, grifos do autor).

A referência ao seu aniversário e ao seu deslocamento interior é recorrente em diversos trechos do romance: “Fecho a porta e examino o que ficou atrás da conversa. Olho, num relance, quarenta anos de vida. Estou só, é manhã ainda, [...]. O dia custará a passar e já começa mal. [...] São onze horas e são quarenta anos quando fecho a porta e entro no mundo” (CONY, 1997, p. 41-2), nesse excerto é como se o escritor só passasse a viver a partir daquele momento, quando realmente entra no mundo, ou, sendo outro, passa a ter uma vida distinta. Por outro lado, essa também parece ser uma outra dimensão da travessia, na qual ao cruzar o umbral da porta, Simões entra em outra realidade, outro mundo.

Com a sua postura, Paulo Simões apresenta a faceta individualista do sujeito moderno que busca incansavelmente um sentido para a sua existência, mas que exatamente devido a sua atitude egoísta, não obtém sua resposta (BARROS, 2005). Essa é uma característica da época moderna, a qual se tornou lugar comum, de acordo com Stuart Hall (2011, p. 24), devido ao movimento de crescente inteiração na teia global e às transformações sociais geradas pela industrialização e pelo capitalismo.

A autoimagem apresentada por Simões é negativa, permeada pela opinião alheia: “É importante ter cara adequada. Os outros têm razão: sou um hipócrita ou um cínico, talvez as duas coisas juntas. Só a mim mesmo essa cara não tapeia. Também, olho-me pouco no espelho, o suficiente para fazer a barba. Não gosto de estranhos” (CONY, 1997, p. 17), com base nesse trecho, a perturbação do protagonista é tamanha que ele não se reconhece ao espelho, como se no dia de seu aniversário o escritor se tornasse outro, o que é característico de alguém que se encontra com sua identidade abalada.

Essa imagem de um homem fechado e resignado a tudo que se passa ao seu redor é como que uma carapaça, um disfarce para encobrir seus verdadeiros temores e problemas, como o personagem mesmo afirma: “não quero que ele me surpreenda desarmado. Faz parte de meu código: nunca mostrar-me sem os meus disfarces, sem a cumplicidade de minha cara e de minhas ocupações. Tenho medo de que alguém me surpreenda, nu assim, sem as máscaras que me protegem” (CONY, 1997, p. 17). Esse excerto mostra como, subjetivamente, Paulo está cindido, fragmentado em diversas facetas, formado não de uma, mas de várias identidades, combinadas de forma contraditória e não resolvidas, isto é, em crise.

De modo sucinto, essa é a figura de Paulo Simões em toda a primeira parte do romance, “A passagem por cima”. No entanto, na segunda parte, com o decorrer da trama, e sua ida até o acampamento resistente, com o contato com pessoas que realmente são prejudicadas pelo regime militar, com o choque de ver como as pessoas estão sofrendo e lutando pela queda ditatorial, Simões vai mudando seu posicionamento: passa a entender melhor e a compartilhar as aspirações guerrilheiras.

O próprio Paulo se dá conta dessa mutação quando não possui mais o mesmo interesse em assuntos literários publicados no jornal, o que ele buscava mesmo eram informações sobre a causa política: “São recortes de jornais, seções de livros, apareço em algumas, sempre alguma espinafração, poucos elogios, a rotina de um escritor. Não tenho interesse em ler. Sem me dar conta, sinto que já estou realmente em outra.” (CONY, 1997, p. 252). Essa sua oscilação identitária também é percebida quando o personagem tem a possibilidade de uma fuga, mas não mais a gana inicial de fugir, como fica patente no fragmento a seguir em que Macedo, mesmo que indiretamente lhe dá a possibilidade de escolha: “- Você vai fugir? - Ainda não sei. Como prisioneiro, minha obrigação é querer fugir de qualquer maneira. O diabo é que não sei exatamente se sou um prisioneiro” (CONY, 1997, p. 246). Ele não foge, nem sequer tenta. Essa incerteza em saber se continuava sendo um prisioneiro ou se era um guerrilheiro disposto a lutar por ideais revolucionários o mantém dentro dos planos militantes. Ao contrário da pretensa fuga, Simões sente-se revigorado com uma nova tarefa a fazer, sente-se “dentro do negócio”. *Ainda que incerto, finalmente ele tinha um destino: “Pela primeira vez há sentido em meus passos, [...] Não sei bem o que vou fazer em Porto Alegre, mas meu destino – eu tenho um destino finalmente -, meu futuro, minha missão é ir à agência e é nela que eu entro.”* (CONY, 1997, p. 249, grifos do autor). Essa transformação é perceptível quando a vida comum e urbana, incólume aos acontecimentos políticos, aquela

que ele mesmo possuía, lhe causa desgosto e raiva. Simões já não aceita mais essa inércia, e mais, critica-a e se auto rechaça nessa realidade:

Ando pelas ruas e descubro que estou odiando aquela cidade, aquela gente comportada e vestida que vai para os escritórios, para as repartições, para os cinemas. [...] Aquela gente com ideias assentadas e tranquilas nas cabeças penteadas e dignas é justamente a humanidade de meus romances. Sou cúmplice daquela humanidade, cúmplice e escravo ao mesmo tempo: parava nos cruzamentos, ia sempre a algum lugar fazer alguma coisa que eu não queria nem precisava realmente fazer. (CONY, 1997, p. 250).

Tal alteração se torna mais clara quando o grupo se desloca para o Rio Grande do Sul. Lá, o próprio Simões é espectador de sua transformação, e diversas vezes reflete sobre a mesma: “Consigo dormir, descobrindo que minha decisão está tomada, tal como a podia tomar, nos únicos termos que a aceitaria: uma soma de circunstâncias que me tornaram humilde mas obstinado. Fraco, mas, pela primeira vez, forte o bastante para ser capaz de uma escolha.” (CONY, 1997, p. 268)

Dessa forma, acompanhando esse distanciamento da identidade inicial há o distanciamento geográfico de suas origens, há uma perda de pertencimento local que colabora para a radical alteração identitária: “Vejo pela janela os campos, as planícies, paisagem estranha ao meu chão, pouquíssimos morros, uma vegetação mesquinha, rala, indica que estou longe de meus rumos habituais, distante de minhas raízes” (CONY, 1997, p. 263). Assim, o personagem está tanto longe de seu espaço, seu lugar de pertencimento, como está longe de sua (fragmentada) identidade inicial, a sua travessia está progredindo. Essa transformação do protagonista é representativa daquilo que Hall (2004) chama de *caráter de mudança* que se fez mais visível na modernidade tardia, pois esta possui tendência à mudança rápida, abrangente e contínua, afetando a experiência de identificação, convivência e outras práticas sociais.

O ápice dessa mudança de identidade é representado nas derradeiras linhas do romance, em que retrata Simões atravessando um rio (novamente em analogia à travessia bíblica), após uma noite de lutas, e mortes: tanto Macedo como Vera acabam morrendo na tentativa de chegarem ao Uruguai. Macedo morre heroicamente, dando a vida para salvar seus companheiros, e Vera morre a poucos metros da fronteira com o Uruguai, a qual é atravessada por Simões: “Espectador solitário da manhã que chega, sigo pouco a pouco. O riacho abre-se a meus pés. Macedo tivera sorte em escolher aquele trecho, vejo do outro lado a fácil margem. Lavo o rosto naquela água que corre, sinto a aspereza e o calor do homem que há em mim” (CONY, 1997, p. 318). Às margens do Arroio Chuí, Macedo é relacionado ao Moisés bíblico,

pois no Êxodo, Moisés, que conhecia bem as águas do mar Vermelho, também escolheu um local no qual era possível atravessar a vau, o que garantiu a sobrevivência de seu povo. Também, o ato de lavar-se nas águas do rio nos remete à simbologia do batismo, da purificação e transformação pela água, como uma ação definitiva para a sua travessia identitária: o nascimento de um novo Simões, resignado e militante, que se revela nas linhas seguintes.

Assim, sozinho ele se encontra frente a uma nova terra, a um novo destino. Justamente aquele que não acreditava e que não via sentido no futuro tem uma nova chance de viver e lutar, de recomeçar. Esta reflexão sobre o possível princípio de um futuro desconhecido, no princípio de um novo dia, acentua e simboliza ainda mais a sua mutação subjetiva, o nascer de um novo homem. Em sinal de seu despertar, de resiliência frente ao destino que o aguarda, ele eleva a sua metralhadora acima da água, mostrando resistência e luta. Essa é a marca de sua transformação total, pois ao invés de seguir para a liberdade no Uruguai, Simões escolhe a luta, ele volta: “Sinto uma alegria selvagem quando abandono a travessia e retorno à margem. A aurora, agora atrás de mim, esquenta com a vertigem e o clamor de sua luz vermelha um novo corpo que surge, afinal obstinado, lúcido. Desenterro a metralhadora – e volto” (CONY, 1997, p. 319).

A alegoria da travessia de um riacho paralelamente ao despertar de uma nova identidade, assim como ocorreu com Moisés e o povo hebreu, torna ainda mais concreta essa transformação identitária do protagonista, pois a travessia judaica, assim como a apresentada no romance, reflete a transformação de uma perspectiva de vida, de uma identidade.

Como podemos perceber, se na primeira parte do romance Simões apresentava uma face individualista, na segunda metade há uma transformação que se pretende mais preocupada com o social. Assim, consideramos a segunda parte do romance (em que Simões perde a ênfase egoísta), certa forma de reconciliação com a conjuntura social, pois o protagonista passa a mostrar sinais de engajamento e resistência frente aos ditames ditatoriais.

Ao mesmo tempo em que delinea e modifica a identidade individual de seu protagonista, as questões identitárias brasileiras também vão sendo revisadas e vão ganhando contornos mais bem definidos e engajados, mostrando que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” (HALL, 2011, p. 49). De modo que uma nação é uma comunidade simbólica, da qual os indivíduos participam e se identificam na forma como ela é representada em sua

cultura nacional. Essa transformação também pode ser lida como um convite ou apelo ao leitor para a assunção de uma posição frente às tensões da situação política e social do país.

Ao revelar as tensões que permeiam os anos 1960 do século XX e mostrar os temores e angústias de um personagem que não reconhece sua própria identidade (abalada), podemos conjecturar que Cony desnuda a situação de inúmeros brasileiros que igualmente vagaram entre a resistência e a convivência, entre a memória e o apagamento histórico, enfim, os quais tiveram suas identidades e realidades abaladas durante o regime militar.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the novel *Pessach: a travessia*, by the carioca writer and journalist Carlos Heitor Cony, published in 1967, in order to show how this novel uses the memory resource to conduct its dialogue with the history and construction identity. The research methodology involves critical-analytical study, based on literature review and literary analysis of the novel, on some points considered basic in the novel: the formal feature of memory, the way that memory dialogs with the story, with the problematics of individual and national identity and also with the ideological political engagement.

KEYWORDS: Carlos Heitor Cony; History; Memory; *Pessach: a travessia*; Political.

REFERÊNCIAS

BARROS, Deusa Castro. *Memória e história na ficção de Carlos Heitor Cony: um estudo dos romances Pessach: a travessia e Romance sem palavras*. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. 2012.

BERLATTO, Odir. “A construção da identidade social”. *Revista do Curso de Direito da FSG*. Caxias do Sul, ano 3, n. 5, jan./jun. 2009. p. 141-151. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/242/210>. Acesso em 01 dez 2015.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Quase Memória: quase romance*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

_____. *Romance sem palavras*. São Paulo: Companhia das Letras 1999.

_____. *A Revolução dos Caranguejos*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das ideias sobre a mente*. Bauru: Edusc, 2005.

FRANCO, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória e literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

Revista Literatura em Debate, v. 10, n. 18, p. 201-221, ago. 2016. Recebido em: 20 maio 2016. Aceito em: 30 jun. 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Luiz Costa. “Persona e Sujeito ficcional”. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 40-56.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SILVERMAN, Malcom. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Trad. Carlos Araújo. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.